

ALEXANDRE DE MORAES  
ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA  
*Coordenadores*

DEMOCRACIA E SISTEMA DE JUSTIÇA  
OBRA EM HOMENAGEM AOS 10 ANOS DO MINISTRO  
DIAS TOFFOLI NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

© 2020 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriane de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

O13	Democracia e sistema de justiça: obra em homenagem aos 10 anos do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal/ Alexandre de Moraes, André Luiz de Almeida Mendonça (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2020.
	696 p.; 17cm x 24cm ISBN: 978-85-450-0718-0
	1. Direito Constitucional. 2. Democracia. 3. Dias Toffoli. 4. Supremo Tribunal Federal. I. Moraes, Alexandre de. II. Mendonça, André Luiz de Almeida. III. Título.
	CDD 342 CDU 341.2

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MORAES, Alexandre de; MENDONÇA, André Luiz de Almeida (Coord.). *Democracia e sistema de justiça: obra em homenagem aos 10 anos do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 696 p. ISBN 978-85-450-0718-0.

## SUMÁRIO

## PREFÁCIO

<b>RICARDO LEWANDOWSKI</b> .....	19
----------------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

<b>ALEXANDRE DE MORAES, ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA</b> .....	23
--	----

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO COMO CURADOR DA NORMA:  
CONSTITUCIONALIDADE, EXCEPCIONALIDADES E DESIGNAÇÃO DE  
ADVOGADO DA UNIÃO *AD HOC*

<b>ADRIANO MARTINS DE PAIVA</b> .....	25
1 Introdução .....	25
2 Os limites constitucionais da curadoria da lei – Resgate histórico da interpretação do STF do §3º, do art. 103, da CF/88 .....	27
3 A avaliação da doutrina dos precedentes do Supremo Tribunal Federal na interpretação do §3º, art. 103, da CF/88 .....	35
4 Superação do conflito aparente com a designação de defensor <i>ad hoc</i> .....	39
5 Conclusão .....	43
Referências .....	44

SEPARAÇÃO DE PODERES E O CONTROLE JUDICIAL NA CONCESSÃO DO  
INDULTO

<b>ALEXANDRE DE MORAES</b> .....	47
1 Introdução. O instituto do indulto na tripartição de poderes.....	47
2 Poder Executivo e concessão do indulto.....	48
3 Natureza jurídica do indulto.....	49
4 Limites na discricionariedade na concessão do indulto: crimes contra Administração Pública e corrupção.....	57
5 Controle jurisdicional do Poder Executivo de indultar .....	58
6 Conclusão .....	62
Referências .....	62

## AS REDES SOCIAIS E A ÉTICA NA MAGISTRATURA

<b>ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA</b> .....	65
Introdução .....	65
Atuação do juiz nas redes sociais.....	66
Exercício da liberdade de expressão .....	67

Investidura no cargo de juiz .....	68
Princípios que informam a conduta do juiz .....	68
Relacionamento nas redes sociais .....	69
Os meios normativos que dispomos para regular a participação dos magistrados nas redes sociais .....	70
Considerações finais .....	71

## **BASES PARA A COMPREENSÃO SISTÊMICA DA CORRUPÇÃO**

<b>ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA</b> .....	73
Introdução .....	73
1    Perspectiva histórica da corrupção: um problema atual, uma história antiga .....	74
2    A compreensão transdisciplinar da corrupção .....	77
3    Parâmetros funcionais básicos para a prevenção e combate à corrupção .....	79
4    As novas bases estruturais das organizações criminosas .....	81
5    Bases para a compreensão sistêmica da corrupção .....	83
5.1    Um sistema transdisciplinar .....	83
5.2    Um sistema interconectado .....	85
5.3    Um sistema comunicativo.....	87
Conclusões.....	88
Referências .....	89

## **O PODER DE INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

<b>ANDRÉ LUIZ NOGUEIRA DOS SANTOS, ALEXANDRE FREIRE</b> .....	93
1    Introdução .....	93
2    O Ministério Público e o regime constitucional da investigação criminal.....	94
3    O poder de investigação do Ministério Público e o seu controle parametrizado no RE nº 593.727-RG .....	101
4    Considerações finais .....	103
Referências .....	104

## **A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO DIAS TOFFOLI NA FORMAÇÃO DA MODERNA JURISPRUDÊNCIA DO STF EM MATÉRIA DE DIREITO ELEITORAL (PROPAGANDA ELEITORAL, DIREITO DE ANTENA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA)**

<b>CARLOS VIEIRA VON ADAMEK, MÁRCIO ANTONIO BOSCARO</b> .....	105
---	-----

## **LA NECESARIA PUBLICACIÓN DE LAS AGENDAS PROFESIONALES DE ALTOS DIRECTIVOS DEL ESTADO: UN ANÁLISIS DESDE LA PERSPECTIVA DE LA REGENERACIÓN DEMOCRÁTICA Y DE LA PREVENCIÓN DE LA CORRUPCIÓN**

<b>CLAUDIO DE CASTRO PANOEIRO</b> .....	119
1    Introducción .....	119

2	Antecedentes de la transparencia .....	121
3	La transparencia como elemento a la regeneración democrática y a la prevención de la corrupción.....	126
4	La agenda de los altos directivos como objeto de la transparencia .....	129
5	Conclusión.....	134
	Referencias .....	134

## ORIGEN, ORGANIZACIÓN Y FUNCIONAMIENTO DE LA ABOGACÍA GENERAL DEL ESTADO DE ESPAÑA

	<b>CONSUELO CASTRO REY</b> .....	139
1	Origen .....	139
2	Organización y funcionamiento.....	141
	Bibliografía .....	151

## O CASO DO AMIANTO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

	<b>DAIANE NOGUEIRA LIRA, ILDEGARD HEVELYN DE OLIVEIRA ALENCAR</b> .....	153
1	Introdução .....	153
2	Histórico legislativo.....	154
3	A discussão no STF .....	156
3.1	A primeira fase: análise exclusivamente sob a perspectiva formal.....	156
3.2	A segunda fase: a superação da análise puramente formal.....	157
3.3	A audiência pública .....	158
3.4	A terceira fase: a declaração de inconstitucionalidade incidental da Lei nº 9.055/95 e a constitucionalidade das leis locais .....	159
3.4.1	A retomada dos julgamentos e os impasses .....	159
3.4.2	O desfecho e a solução dos impasses: o voto-vista do Ministro Dias Toffoli .....	161
4	As reflexões inspiradas pelo caso do amianto.....	163
4.1	Um julgamento, muitas reflexões .....	163
4.2	Sobre os limites da competência dos estados nas matérias de competência concorrente sobre as quais já exista lei geral federal.....	164
4.3	Sobre a possibilidade de controle incidental nas ações de controle concentrado com eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante .....	167
5	Conclusões.....	171
	Referências .....	172

## TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA

	<b>EDUARDO S. TOLEDO</b> .....	173
--	--------------------------------	-----

## EXTRAFISCALIDADE E O DOGMA DO LEGISLADOR NEGATIVO: AVANÇOS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

	<b>EURO SABINO DE AZEVEDO, LUCILENE RODRIGUES SANTOS</b> .....	179
1	Introdução .....	179

2	Tributação e Estado Democrático de Direito .....	180
3	Extrafiscalidade e sistema federativo.....	181
4	Extrafiscalidade e princípio da isonomia.....	183
5	Princípio da isonomia e o dogma do legislador negativo.....	185
6	Princípio da separação de poderes e políticas públicas.....	186
7	Avanços no emprego de técnicas de decisão aditivas ou modificativas em matéria tributária.....	187
8	Conclusão .....	189
	Referências .....	190

## APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEI FEDERAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO (LEI Nº 9.784/1999) AOS ESTADOS-MEMBROS E MUNICÍPIOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA FEDERAÇÃO E DA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS

**FERNANDO MENEZES DE ALMEIDA, MARIANA AUGUSTA DOS SANTOS ZAGO ... 193**

1	Introdução .....	193
2	Retomando o argumento: distinção entre analogia <i>legis</i> e analogia <i>iuris</i> e a supressão de lacuna do direito estadual por analogia em relação ao Direito Federal, em especial ao art. 54 da Lei nº 9.784/1999.....	195
3	Federação após a Constituição Federal de 1988: continuidade, complexidade, indefinição.....	202
4	A aplicabilidade da Lei nº 9.784/1999 na visão do Superior Tribunal de Justiça: uma temática a ser revisitada.....	206
5	Conclusão .....	214
	Referências .....	215

## A COLABORAÇÃO PREMIADA VISTA POR UM PROCESSUALISTA CIVIL

**FLÁVIO LUIZ YARSHELL..... 217**

1	Introdução .....	217
2	Natureza jurídica do acordo de colaboração .....	218
3	Conteúdo do acordo de colaboração: negócio jurídico de direito material ou processual? .....	221
4	Regime de validade do acordo de colaboração (como negócio processual e substancial) e do respectivo ato homologatório.....	224
5	Limites objetivos e subjetivos da eficácia do acordo de delação e respectiva homologação. Eficácia preclusiva e imutabilidade .....	232
	Referências .....	240

## A JUSTIÇA E O QUE PERMANECE – UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A VERDADE E SUAS AUSÊNCIAS

**GABRIEL CHALITA .....** 243

	Introdução .....	243
1	Sobre a permanência .....	244
2	Sobre os <i>Olhos que condenam</i> .....	245

3	Precipitação e preconceito.....	247
4	Sobre a justiça .....	249
5	Sobre os acusadores .....	251
	Conclusão .....	254
	Referências .....	254

## DEBATES NECESSÁRIOS À EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO

<b>GILMAR FERREIRA MENDES</b> .....	257	
1	Introdução .....	257
2	A jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal e a necessidade de sua reanálise.....	258
3	Debates necessários à evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	259
3.1	Possibilidade de anulação do acordo .....	259
3.2	Possibilidade de questionamento por terceiros delatados .....	261
4	Conclusão .....	263
	Referências .....	264

## JUDICIALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA E DEMOCRACIA

<b>GRÉGORE MOREIRA DE MOURA</b> .....	265	
	Introdução .....	265
	Evolução da judicialização no Brasil .....	266
	Judicialização da Previdência .....	268
	Algumas causas da judicialização da Previdência.....	272
	A PEC nº 6/2019 e sua influência nas ações previdenciárias .....	275
	Conclusão .....	280
	Referências .....	281

## CONCILIAÇÃO NAS AÇÕES ORIGINÁRIAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

<b>HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA, RITA DIAS NOLASCO</b> .....	283	
	Introdução .....	283
1	A importância das soluções pacíficas das controvérsias pelo Judiciário .....	285
2	O relevante papel do Supremo Tribunal Federal como tribunal da Federação .....	288
3	A missão de buscar soluções pacíficas das controvérsias nos casos que colocam em risco o pacto federativo: tentativas de conciliação realizadas pelo Supremo Tribunal Federal .....	291
	Notas conclusivas.....	294
	Referências .....	294

## A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, O SISTEMA DE JUSTIÇA E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CONCILIAR A DIMENSÃO JURÍDICA COM A ÉTICA

<b>HUMBERTO MARTINS</b> .....	297	
1	Introdução: os desafios do Poder Judiciário e as promessas da inteligência artificial..	297

2	O conceito de inteligência artificial.....	301
3	Do conceito de sistema perito ao conceito de aprendizado de máquina.....	303
4	A aplicação da inteligência artificial nas atividades jurídicas.....	304
4.1	Descoberta preditiva.....	304
4.2	Pesquisa jurídica.....	305
4.3	Geração de documentos jurídicos.....	306
4.4	Geração de resumos de casos e descrições.....	306
4.5	Predição de resultados de processos judiciais.....	307
5	Conclusão.....	307
	Referências.....	308

## **PARTIDOS POLÍTICOS – ESTUDO EM HOMENAGEM AO MINISTRO JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

<b>JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR.....</b>	<b>311</b>
Introdução.....	311
1 Partidos políticos no constitucionalismo.....	312
1.1 Antecedentes remotos dos partidos políticos.....	312
1.2 Partidos políticos nos EUA.....	314
1.3 Universalização do voto e partidos políticos ideológicos.....	316
2 Partidos políticos no quadro institucional.....	317
2.1 Partidos políticos e sistemas de governo.....	317
2.2 Partidos políticos e sistemas eleitorais.....	318
2.3 Partidos políticos e controle de constitucionalidade.....	319
Conclusão.....	321
Referências.....	323

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AUTONOMIAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO**

<b>JOSÉ MAURICIO CONTI.....</b>	<b>325</b>
1 Considerações introdutórias.....	325
2 Independência e autonomia do Poder Judiciário.....	326
3 A autonomia administrativa do Poder Judiciário.....	328
4 A autonomia financeira do Poder Judiciário.....	329
4.1 Autonomia financeira do Poder Judiciário: fase de elaboração orçamentária.....	329
4.2 Autonomia financeira do Poder Judiciário: fase de execução orçamentária.....	333
5 Síntese conclusiva.....	334
Referências.....	335

## **O ELOGIO DE PIERO CALAMANDREI COMO UMA PERENE HOMENAGEM AOS JUÍZES DE TODAS AS ÉPOCAS**

<b>JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI.....</b>	<b>337</b>
Referências.....	341



**A SOLUÇÃO CONSENSUAL DO INTERESSE PÚBLICO**

<b>KAZUO WATANABE, DALDICE SANTANA, BRUNO TAKAHASHI</b> .....	343
Introdução .....	343
1    O dever da Administração de solucionar seus conflitos.....	344
2    A pretensa indisponibilidade do interesse público.....	345
3    A responsabilidade da autoridade administrativa pela preservação do interesse público.....	348
3.1  Qual é o interesse público? .....	349
3.2  Quem decide em nome da Administração? .....	350
Conclusão .....	352
Referências .....	353

**A IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

<b>LUIS FELIPE SALOMÃO</b> .....	355
1    Introdução .....	355
2    Principais casos julgados pelo TSE – Um pouco da história.....	356
3    Os novos desafios da Justiça Eleitoral.....	359
Referências .....	363

**OS TRÊS PAPÉIS DESEMPENHADOS PELAS SUPREMAS CORTES NAS DEMOCRACIAS CONSTITUCIONAIS CONTEMPORÂNEAS**

<b>LUÍS ROBERTO BARROSO</b> .....	365
Nota prévia.....	365
1    Introdução .....	366
2    Os papéis desempenhados pelas supremas cortes e tribunais constitucionais.....	366
2.1  O papel contramajoritário.....	368
2.2  O papel representativo .....	370
2.3  O papel iluminista .....	375
3    Conclusão .....	383

**LEITURAS CONSTITUCIONAIS DA ABSOLVIÇÃO GENÉRICA DIANTE DA SOBERANIA DO JÚRI**

<b>LUIZ EDSON FACHIN, PAULO MARCOS DE FARIAS</b> .....	385
Apresentação.....	385
1    Notas introdutórias acerca do Tribunal do Júri .....	385
2    Reforma no procedimento do Tribunal do Júri pela Lei nº 11.689/2008 e suas repercussões no sistema de quesitação.....	387
3    Aplicação do quesito genérico e sua compreensão pretoriana .....	389
4    Enfrentamento de problemática de maior dimensão quanto à eficácia do veredicto absolutório do Conselho de Sentença .....	392
5    Possíveis caminhos constitucionais no tema .....	396
6    Conclusão e importância do enfrentamento da controvérsia .....	399
Palavras de encerramento.....	400

**PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL**

<b>MARCELO KOKKE</b> .....	401
Introdução .....	401
1    Organização do território e gestão ambiental .....	402
2    Análise técnica e deferência administrativa na gestão ambiental .....	406
3    Precaução: entre a gestão do risco e o direito do medo .....	411
4    Precaução e gestão do risco segundo o Supremo Tribunal Federal .....	416
Conclusão .....	420
Referências .....	421

**ESTRUTURAÇÃO E AUTONOMIA DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO E CIDADANIA – CEJUSC COMO ATIVIDADE-FIM DO PODER JUDICIÁRIO (ALTERAÇÃO NA RESOLUÇÃO Nº 219/CNJ): MAIS UMA MEDIDA PARA A CONSOLIDAÇÃO DOS MECANISMOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO**

<b>MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI</b> .....	425
1    Introdução .....	425
2    A estruturação e autonomia dos Cejusc como importante instrumento para a superação da resistência à utilização dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos .....	428
3    Considerações finais .....	435
Referências .....	436

**INOVAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA NO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA AO INCORPORAR A AGENDA GLOBAL 2030 NO PODER JUDICIÁRIO**

<b>MARIA TEREZA UILLE GOMES</b> .....	439
Inovador.....	439
Transparente .....	443
Eficiente.....	443
Considerações finais .....	444

**DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR DEMOCRÁTICO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

<b>MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES</b> .....	447
Introdução .....	447
A cláusula do interesse público e o direito administrativo sancionador .....	448
O direito administrativo sancionador sob a égide do Estado Democrático de Direito .....	451
A consensualidade no âmbito da Lei de Improbidade Administrativa .....	457
Notas conclusivas.....	460
Referências .....	461

**O PARADOXO DAS CLÁUSULAS PÉTREAS: ENTRE A PROTEÇÃO DOS VALORES FUNDAMENTAIS DA SOCIEDADE E A EXCLUSÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS GERAÇÕES FUTURAS NO JOGO DEMOCRÁTICO**

**OG FERNANDES, FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER,**

<b>RODRIGO FALCÃO DE OLIVEIRA ANDRADE</b> .....	463
1     Introito .....	463
2     Breve referência às cláusulas pétreas no direito estrangeiro.....	464
3     A razão de ser das cláusulas de imutabilidade .....	465
4     As cláusulas pétreas no Brasil.....	466
5     Aspectos positivos e negativos das limitações materiais ao poder de reforma.....	467
6     A teoria da dupla revisão .....	469
7     O paradoxo das cláusulas pétreas .....	471
8     Análise da legitimidade das cláusulas de imutabilidade no regime democrático.....	472
9     O papel do STF na delimitação das cláusulas pétreas .....	474
10    Conclusão .....	479
Referências .....	481

**DIGNIDADE HUMANA E DIREITO PRIVADO CONTEMPORÂNEO:  
A CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

**Nº 363.889**

<b>OTAVIO LUIZ RODRIGUES JR.</b> .....	485
Introdução .....	485
1     O Recurso Extraordinário nº 363.889: elementos descritivos e fundamentos do acórdão .....	486
2     A questão da dignidade humana e os efeitos do Recurso Extraordinário nº 363.889 no âmbito da doutrina e da jurisprudência.....	491
3     Dignidade humana e Recurso Extraordinário nº 363.889: quatro razões para sua dispensabilidade como instrumento de fundamentação retórica .....	494
Referências .....	497

**TRIBUNAIS SUPERIORES E STANDARDS DE PROVA**

<b>PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON</b> .....	499
1     Introdução .....	499
2     Tribunais superiores e o julgamento de recursos em matéria probatória .....	500
3     Precedentes e <i>standards</i> probatórios .....	506
4     Encerramento .....	508
Referências .....	508

**COLABORAÇÃO PREMIADA: OS PARTICULARES CONTORNOS PENAIIS DE UM NEGÓCIO JURÍDICO**

<b>RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA</b> .....	511
Introdução .....	511
1     As primeiras previsões e os primeiros acordos de delação premiada .....	512

2	A mudança de foco – Os acordos de colaboração premiada .....	513
3	O voto e a construção do Ministro Dias Toffoli no HC nº 127.483/PR.....	516
4	Um futuro possível, mais seguro e mais controlável .....	519
	Referências .....	522

## O JUIZ COM TOGA E O RESPEITO À SEGURANÇA JURÍDICA

<b>RICHARD PAE KIM</b> .....	525	
1	Introdução .....	525
2	A segurança jurídica e seu conteúdo .....	526
3	Considerações gerais sobre a teoria da nulidade, a ponderação e os limites interpretativos a garantir a segurança jurídica .....	530
4	Ministro Dias Toffoli e sua visão sobre segurança jurídica e respeito à separação de poderes .....	535
5	Considerações finais .....	547
	Referências .....	548

## AS FRICÇÕES ENTRE O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E OS DEMAIS PODERES: AUTOCONTENÇÃO E PRUDÊNCIA

<b>RODRIGO CAPEZ</b> .....	551	
1	O Ministro Dias Toffoli e o papel moderador da jurisdição constitucional .....	551
2	As fricções inerentes ao exercício da jurisdição constitucional.....	552
3	A liberdade de conformação do legislador .....	553
4	O controle jurisdicional das opções políticas fundamentais dos demais poderes.....	554
5	Deslocamento do baricentro do poder e comprometimento do diálogo institucional .....	557
6	A autocontenção da jurisdição constitucional como forma de distensionar a relação entre os poderes.....	560
7	Conclusão .....	563
	Referências .....	563

## A NATUREZA JURÍDICA DO ACORDO DE LENIÊNCIA DA LEI ANTICORRUPÇÃO

<b>RODRIGO FIGUEIREDO PAIVA</b> .....	565	
1	Introdução .....	565
2	Os antecedentes históricos da Lei Anticorrupção .....	566
3	Do acordo de leniência enquanto <i>processo administrativo de negociação do acordo de leniência</i> .....	571
4	Do acordo de leniência materializado no termo de acordo de leniência.....	576
5	Da natureza jurídica da multa administrativa aplicada por meio do acordo de leniência .....	579
6	Conclusão .....	581

**O JUDICIÁRIO E O COMBATE À CRIMINALIDADE**

<b>SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR</b> .....	583
1 Introdução .....	583
2 Desenvolvimento.....	583
3 Conclusão .....	588
Referências .....	588

**CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DESCUMPRIMENTO DO ACORDO DE  
LENIÊNCIA PELO ESTADO E OS MECANISMOS DE GARANTIA  
À EXECUÇÃO CONTRATUAL E DE PROTEÇÃO À EMPRESA COLABORADORA**

<b>SEBASTIÃO BOTTO DE BARROS TOJAL</b> .....	591
1 Introdução .....	591
2 Natureza jurídica dos acordos de leniência da Lei nº 12.846/2013 .....	592
3 Estrutura dos acordos de leniência em relação às obrigações estabelecidas e o cenário de insegurança jurídica para as empresas lenientes – O descumprimento estatal dos termos pactuados e a inexistência de disciplina das consequências jurídicas decorrentes.....	597
4 Consequências jurídicas do descumprimento dos acordos pelo Estado – A revisão-sanção das obrigações como mecanismo de proteção às empresas colaboradoras e garantia à execução contratual.....	601
5 Conclusões.....	605
Referências .....	606

**PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO**

<b>SERGIO PINTO MARTINS</b> .....	607
1 Histórico .....	607
2 Evolução legislativa no Brasil.....	608
3 Etimologia .....	609
4 Denominação .....	609
5 Conceito .....	609
6 Distinção.....	609
7 Classificação.....	610
8 Autoaplicabilidade.....	611
9 Objetivos.....	613
10 Vantagens e desvantagens .....	614
11 Implantação.....	615
12 Direito estrangeiro e internacional.....	616
12.1 Constituições.....	616
12.2 Alemanha .....	616
12.3 Chile .....	617
12.4 Colômbia.....	617
12.5 Cuba.....	618
12.6 Dinamarca .....	618

12.7	Espanha .....	618
12.8	França .....	618
12.9	Inglaterra .....	619
12.10	Itália .....	619
12.11	Noruega .....	620
12.12	Peru.....	620
12.13	Portugal.....	620
12.14	Suécia .....	621
12.15	Venezuela .....	621
12.16	União Europeia.....	621
12.17	OIT .....	621
13	Conclusões .....	622
	Referências .....	624

### *FAKE NEWS, FAIR PLAY ELEITORAL E DEMOCRACIA*

<b>SÉRGIO SILVEIRA BANHOS .....</b>	<b>625</b>	
1	Introdução .....	625
2	Uma sociedade conectada.....	627
3	Desafios para a democracia brasileira.....	628
4	Conclusão .....	629
	Referências .....	630

### **ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A CRISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO**

<b>TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO, INGRID NEVES REALE.....</b>	<b>633</b>	
1	Considerações iniciais .....	633
2	Sobre a finalidade da pena.....	634
3	Principais indicadores do sistema penitenciário brasileiro .....	635
4	Custos do sistema penitenciário nacional.....	640
5	Estado de coisas inconstitucional – MC-ADPF nº 347/DF.....	641
6	Responsabilidade civil extracontratual do Estado .....	642
7	Prisão temporária como <i>ultima ratio</i> .....	644
8	Pacote de leis anticrime .....	645
9	Prisões federais.....	647
10	Resoluções da Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	649
11	Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac.....	652
12	Medidas recentes adotadas pelos Estados Unidos e pela França no combate à superpopulação carcerária .....	654
12.1	Estados Unidos .....	654
12.2	França .....	654
13	Considerações finais .....	655
	Referências .....	656

**A UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO COMO MECANISMOS DE  
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E GARANTIA DA CELERIDADE  
PROCESSUAL**

<b>VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO, FELIPE DE BRITO BELLUCO</b> .....	659
1     Introdução .....	659
2     Sistemas de informação como instrumentos de efetivação constitucional e do papel do Conselho Nacional de Justiça na busca da concretização do acesso à justiça e celeridade processual .....	661
3     Conclusão .....	663
Referências .....	664

**FAZER JUSTIÇA É POSSÍVEL?**

<b>VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA</b> .....	665
Referências .....	674

**CORRUPÇÃO E SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL: ALGUMAS NOTAS SOBRE A SUA  
NECESSIDADE E (IN)SUFICIÊNCIA**

<b>VANIR FRIDRICZEWSKI</b> .....	677
Introdução .....	677
1     Compreensão do fenômeno corrupção a partir de suas consequências .....	677
2     Corrupção e funções do direito penal .....	681
3     A eficácia do sistema de justiça penal brasileiro: breves apontamentos .....	684
Conclusão .....	687
Referências .....	688

<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	691
-------------------------------	-----